

Curso de Educação à Distância

Licenciatura em Ciências Sociais

# História Geral e do Brasil

Conteúdo Programático - Período 2





Ministério  
da Educação



### **Presidente da República Federativa do Brasil**

Dilma Rousseff

### **Ministro da Educação**

Aloisio Mercadante

### **Presidente da Capes**

Jorge Almeida Guimaraes

### **Universidade Federal de Alagoas**

### **CEDU**

#### **Reitor**

Eurico de Barros Lobo Filho

#### **Diretora/CEDU**

Maria das Graças Marinho de Almeida

#### **Vice-Reitor**

Rachel Rocha de Almeida Barros

#### **Vice-Diretor/CEDU**

Cezar Nonato Bezerra Candeias

#### **Coordenador UAB/CIED**

Luis Paulo Leopoldo Mercado

#### **Coordenadora do Curso de Pedagogia a Distância CIED**

Elza Maria da Silva

#### **Coordenador Adjunto UAB/CIED**

Fernando Silvio Cavalcante Pimentel

#### **Coordenador de Tutoria**

Aldir Santos de Paula

#### **Coordenação de Projetos e Fomentos/CIED**

Mylena Araujo

#### **Coordenadora do Núcleo de Formação/CIED**

Lilian Carmen Lima dos Santos

#### **Coordenação de Tutoria/CIED**

Rosana Saria de Araujo

#### **Coordenador do Núcleo de Comunicação e Produção de Materiais Didáticos/CIED**

Guilmer Brito

#### **Responsável pelos Projetos de Design Gráfico/CIED**

Raphael Pereira Fernandes de Araújo

#### **Projeto Gráfico**

Luiz Marcos Resende Júnior

#### **Diagramação e Finalização**

Lucas Gerônimo Villar

# D1

## História Geral

---

**Professora:**

Raquel de Fátima Parmegiani

**Revisão ortográfica:**

Prof. Wilson Bomfim

**Coordenação de curso:**

Luciana Santana

**Coordenação de tutoria:**

Júlio Cezar Gaudêncio Silva

**Supervisão Teórica:**

Luciana Santana e João Vicente R. B. C. Lima

**Revisão de Conteúdo:**

Evaldo Mendes da Silva/ Luciana Santana

# D1

## INTRODUÇÃO

Estamos iniciando a disciplina de História Geral. Esperamos contribuir para sua formação como Cientista Social no que se refere ao conhecimento dos processos históricos que confluíram para a formação do contexto social, cultural político e econômico do mundo contemporâneo.

Nós os convidamos a analisar a conjuntura histórica a qual nos confrontamos hoje, a partir dos meandros da história desde o século XV.

Nossa preocupação com o passado se fará, como bem afirma o historiador Eric Hobsbawm, a partir da ideia de que:

“(…) ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-la. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.” (HOBSBAWM, 1998, p. 22)

Sejam bem vindos à disciplina de História Geral.

## PLANO DE DISCIPLINA

Curso: Pedagogia UAB

Disciplina: HISTÓRIA GERAL

Carga Horária Total: 60h

Período: 2

Professor: Raquel de Fátima Parmegiani

### Ementa:

Analisar as principais transformações sociais, econômicas, políticas e culturais do mundo moderno e contemporâneo, no que diz respeito à história do Ocidente..

### Conteúdos:

**Unidade 1** – Formação do Estado moderno.

1. O Antigo Regime e a sociedade de corte: nobreza, burguesia e Estado.

1.2. Capitalismo Comercial, Política Mercantilista e Sistema Colonial.

**Unidade 2** - Revoluções do século XIX

2.1. Revolução Francesa.

2.2. Origens da Revolução Industrial e da hegemonia Inglesa.

**Unidade 3** - Século XX: a era da guerra total.

3.1. Revolução Russa.

3.2. A primeira Guerra mundial.

3.3. Segunda guerra mundial.

3.4. Guerra Fria

**Unidade 4** - Globalização, democracia e terrorismo.

4.1. Guerra e paz no século XXI.

### Objetivos:

O objetivo do curso é tratar, de forma geral, as principais questões históricas do mundo Moderno e Contemporâneo

que podem contribuir para a compreensão da sociedade atual.

### Objetivos específicos:

Compreender o quadro social, cultural, político e econômico dos séculos que formaram a conjuntura histórica na qual estamos inseridos.

### Metodologia de ensino:

Para concretização dos objetivos postos para a disciplina, partiremos dos seguintes procedimentos metodológicos: 1 – participação ativa dos alunos na produção de textos, fichamentos analíticos, trabalhos individuais e em grupo; 2- Leituras de artigos e/ou livros disponibilizados no ambiente da Plataforma Moodle e na biblioteca do seu pólo; 2- Socialização das atividades realizadas por meio do Moodle: banco de dados e submissão de arquivos e, ainda, por meio de debates por meio da ferramenta do fórum (chat).

### Avaliação

A avaliação acontecerá de modo processual. Serão indicadores do desenvolvimento, do empenho, da valorização, da dedicação e da aprendizagem do aluno, suas produções, bem como suas intervenções durante as aulas e os resultados obtidos nas provas.

Para o cômputo da nota AB1 serão levadas em consideração as produções e as intervenções do aluno no AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) durante o período.

Para a AB2 será levado em consideração o resultado da avaliação presencial.

Caso necessário, o aluno terá direito a uma reavaliação, que substituirá uma de suas notas. Ao final, o aluno que obtiver somatório da AB1 e AB2 inferior a 10 pontos terá de refazer a

disciplina num outro semestre. Os que tiverem nota entre 10 e 14 pontos poderão se utilizar do recurso da prova final, na qual serão verificados todos os conteúdos trabalhados na disciplina.

### Conteúdo e Planejamento das Unidades

Nosso curso tem como objetivo apresentar alguns aspectos da cultura e da sociedade dos séculos XVI ao XXI no mundo Ocidental e discuti-los, do ponto de vista historiográfico e conceitual, em um quadro de referência que articule mudanças e permanências.

Pretendemos trabalhar com vocês as mudanças estruturais que ocorreram na era moderna e contemporânea, levando em consideração as questões relacionadas à: formação dos Estados Modernos; questões culturais, políticas, econômicas e sociais do século XVIII e XIX; os conflitos militares e políticos do século XX; a globalização do século XXI e suas consequências sociais, políticas e econômicas.

Nesse momento do curso, desejamos que você enriqueça seus conhecimentos e habilidades de análises históricas, o que lhe dará subsídios para uma melhor compreensão das questões tratadas pelas ciências sociais.

Para isso, vamos abordar questões do mundo moderno e contemporâneo que são consideradas essenciais pela historiografia, no processo de compreender a sociedade contemporânea.

Por fim, acreditamos ser esta uma oportunidade ímpar para uma reflexão sobre nossa sociedade, posto que o objetivo maior da história, ao nos dar uma relação orgânica com passado, é permitir que nos posicionemos de forma crítica em relação ao presente que nos envolve.

**UNIDADE 1:**

Disciplina 4

# Formação do Estado moderno

## 1.1 O Antigo Regime e a sociedade de corte: nobreza, burguesia e Estado.

Durante os séculos X a XII, período medieval, o poder político na Europa fragmentou-se, ficando ancorado nas mãos de grandes senhores de terra, que exerciam dentro da sociedade, funções antes na alçada dos reis. As mudanças ocorridas no final do século XII, com o aumento do comércio e do mundo urbano levaram a uma relativa alteração neste quadro. Segundo Norbert Ellias:

A expansão gradual do setor monetário da economia, as expensas do setor de troca, ou escambo, em uma dada região na Idade Média gerou consequências muito diferentes para a maior parte da nobreza guerreira, por um lado, e para o rei ou príncipe, por outro. Quanto mais moedas entrassem em circulação numa região, maior seria o aumento dos preços. Todas as classes cuja renda não aumentavam à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobre tudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras. (ELLIAS, 1993: 20)

A figura do rei não desapareceu durante a Idade Média, apenas esteve enfraquecida devido ao crescente poder dos grandes senhores locais. Porém, na Inglaterra, por exemplo, esta figura concentrou em suas mãos o poder de *ban*, o que permitiu que a arrecadação do suserano aumentasse progressivamente à medida que cresceram as oportunidades financeiras.

Estes senhores, ao deter à sua disposição os impostos de toda uma região, ficaram em situação de contratar mais guerreiros que qualquer outro, tornando-se menos dependente dos serviços de guerra que seus vassallos eram obrigados a prestar-lhes em troca do feudo. Essa situação levou ao fortalecimento da figura do rei em relação aos poderes dos senhores locais.



### Glossário

**Vassalagem:** laço contratual que unia dois homens livres, o senhor (dominus, receptor de fidelidade e serviços nobres, isto é, não-produtivo, não servis) e o vassalo (*vassalus*, termo derivado do céltico *gwas*, 'homem', aquele que recebe sustento de outro). Nos séculos VIII-IX prevalecia o vínculo pessoal: alguém recebia uma terra porque era vassalo. A partir do século XI prevalece o elemento real: alguém se fazia vassalo para receber um feudo (bem privado concedido em troca de serviço militar)



### Glossário

**Ban:** conjunto de poderes exercidos pelo rei que, a partir do século X, foi confiscado e explorado por grandes latifundiários em regiões como a França: julgar, punir, tributar.



## Está no AVA

**Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

ELLIAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, pp. 23-85.

Fórum (AVA) sobre as condições históricas que favoreceram o desenvolvimento da Revolução Inglesa no século XVII.



## Glossário

**Governo absolutista:**

o absolutismo apresenta-se como uma monarquia hereditária na qual o monarca recebe o poder de Deus e, como tal, é o seu representante na Terra. O exemplo mais característico deste modelo de governo é o caso Francês, principalmente na época de Luís XIV.

A centralização política nas mãos do monarca, que se iniciara na Idade Média, completou-se e atingiu seu mais alto grau na Idade Moderna, mantendo-se estreitamente relacionada ao despontar do Capitalismo, do Renascimento e das Reformas Religiosas. Já no início do período moderno, é possível assinalar uma centralização do poder nas mãos dos reis, em regiões como a França e a Inglaterra. Não seria apenas o poder militar ou o tamanho das propriedades e receitas que poderiam explicar o poder social do suserano nessa fase, mesmo que não pudesse funcionar sem esses dois componentes.

A sociedade que hoje denominamos moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização do poder central pelo indivíduo que o exerce. Entre os séculos finais do período medieval e o início do período moderno, gesta-se um quadro onde a máquina governamental (rede fiscal, instituição militar, máquina administrativa central) se organiza como um todo. Pode-se dizer que praticamente todos os órgãos do governo do Estado resultaram da diferenciação entre as funções da Família Real e de órgãos autônomos de administração local. Quando essa máquina governamental finalmente se transformou no conjunto de assuntos públicos do Estado, a família do suserano passou a ser, no máximo, um órgão entre outros do Estado, e, no fim, quase nem mesmo isso.

Um governo monopolista, fundamentado na posse absoluta da tributação e da violência física com a formação dos exércitos nacionais, atingira, assim, nesse estágio particular, como monopólio pessoal de um único indivíduo, sua forma consumada. Este governo era protegido por uma organização de vigilância muito eficiente. O rei latifundiário, que distribuía terras ou dízimos, tornara-se o rei endinheirado, que distribuía salários, e este fato dava à centralização um poder e uma solidez nunca antes alcançada. Todos os possíveis rivais do governante monopolista viram-se finalmente vencidos.

A capacidade do Rei de governar toda a rede humana, sobretudo a partir do seu interesse pessoal, só foi seriamente restringida quando a balança sobre a qual se colocava, inclinou-se radicalmente em favor da burguesia e um novo

equilíbrio social, com novos eixos de tensão, se estabeleceu no final do século XVIII.

A instituição social da monarquia chega ao poder na fase histórica em que uma aristocracia em decadência já se via obrigada a competir de muitas maneiras com grupos burgueses em ascensão, sem que qualquer um dos lados pudesse efetivamente derrotar o outro. A aceleração da monetarização e da comercialização no século XVI deu aos grupos burgueses um estímulo ainda maior e empurrou fortemente para trás o grosso da classe guerreira. Ao fim das lutas sociais nas quais essa violenta transformação da sociedade encontrou expressão, crescera consideravelmente a interdependência entre partes da nobreza e da burguesia. O primeiro grupo, cuja função e forma social em si estavam passando por uma transformação decisiva, tinha nesse momento que enfrentar o fato de que muitos membros do segundo grupo se tornaram, em parte, mais fortes e mais socialmente ambiciosos do que até então. Numerosas famílias da velha nobreza guerreira se extinguíram, muitas famílias burguesas assumiram caráter aristocrático e, dentro de algumas gerações, seus próprios descendentes iriam defender os interesses da nobreza transformada contra os da burguesia.

## 1.2 Capitalismo Comercial, Política Mercantilista e Sistema Colonial.

Em termos econômicos os Estados absolutistas baseavam-se num sistema denominada mercantilista. De fato, para completar o processo de centralização iniciado séculos antes, o rei precisava controlar todos os aspectos da vida nacional, inclusive o econômico. Daí o recurso à prática de intervenção estatal na economia.

Marcada por intenso protecionismo, no qual estavam definidas medidas que visavam colocar a produção nacional ao abrigo dos riscos causados pela concorrência estrangeira, esse sistema econômico pautava-se na concepção segundo qual a riqueza de um Estado residia na maior ou menor quantidade de metais (ouro e prata) que possuísse. Mas como obtê-los sempre mais, se a produção das minas europeias estavam



## Glossário

**Reforma Protestante:**

um elemento importante do fortalecimento das monarquias nacionais neste período foi a chamada reforma protestante que se iniciou na região da Alemanha no século XVI, tendo como agente central a figura do dominicano Martinho Lutero. Este movimento de contestação à Igreja Cristã Católica deu margem para que os monarcas tomassem iniciativas que, em grande medida, libertaram suas regiões da influência política do papado, além de que, puderam apoderar-se dos valiosos bens eclesiásticos.



## Saiba mais

**As expansões ultramarinhas**

(...) na organização e na execução do movimento expansionista teve papel importante o Estado monárquico e seus componentes do Antigo Regime; por outro lado, a exploração do Ultramar fortalece a posição do Estado monárquico, que a promove, internamente em face das resistências feudais, externamente diante das outras nações. Da inter-relação desses elementos é que resulta a conformação a pouco e pouco da doutrina e da prática da política mercantilista. (NOVAIS, 2005:39)



## Saiba Mais

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: NOVAIS, Fernando A. Aproximações. Estudos de História e Historiografia. São Paulo, Cosac Naify, 2005, pp. 45-82.

praticamente esgotada? Para conquistar tais riquezas, os países europeus recorrem ao comércio regular ou à pirataria.

O primeiro dava-se por meio da balança comercial favorável, ou seja, procurava-se exportar muito (recebendo em metais) e importar pouco (portanto, pagando pouco metal). Trata-se, antes de tudo, de exportar mercadorias caras que atrairiam maior quantidade de ouro. Daí a política industrialista, o incentivo do Estado à produção de bens industriais.

Essa realidade criou um impasse econômico, pois, no limite, todos pretendiam vender e ninguém comprar. A saída para essa situação, e, na verdade, o elemento chave do mercantilismo foi o colonialismo. Regiões dependentes (colônias) eram forçadas a vender barato seus produtos às regiões dominadoras (metrópoles) e a comprar destes seus produtos industrializados.

O desenvolvimento econômico europeu neste período possuía uma clara conexão, com o chamado “sistema colonial”. Podemos dizer que o colonialismo moderno inicia-se com as grandes viagens marítimas empreendidas pelos povos ibéricos – espanhóis e portugueses -, logo seguido por Inglaterra, França e Holanda. As diversas regiões que, a partir do século XVI, tornaram-se colônias dos países europeus, foram submetidas ao chamado “pacto colonial”, ou seja, acordos econômicos que determinavam as relações entre certas nações e suas colônias, representadas pelas terras descobertas durante o período das grandes navegações.

**Exercício de Aprendizagem**

Leitura e resumo do artigo de Fernando Novais “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”.

Deve-se buscar compreender neste exercício, os mecanismos econômicos e político do sistema colonial, dentro capitalista mercantilista, e como o Brasil se insere neste quadro.

**UNIDADE 2****Revoluções do Século XIX**

## 2.1 Origens da Revolução Industrial Inglesa.

No final da Idade Média, na maior parte da Europa, o camponês típico tinha perdido muito da sua condição de servo, embora guardasse ainda muitas das marcas da dependência local.

A propriedade típica já há muito deixara de ser uma unidade de iniciativa econômica, tornando-se um sistema de cobranças de aluguéis e de outros rendimentos monetários. O camponês, mais ou menos livre, grande, médio ou pequeno, era o lavrador típico desse período. Geralmente exploravam terras arrendadas e pagavam aluguel ao senhor (ou, em algumas áreas, uma quota da safra). Caso fosse tecnicamente um livre proprietário, provavelmente, devia ao senhor local uma série de obrigação que podia ou não ser convertida em dinheiro.

Somente algumas áreas levaram o desenvolvimento agrário mais adiante, rumo a uma agricultura puramente capitalista. A Inglaterra era a principal delas. Lá, a propriedade de terras era extremamente concentrada, mas o agricultor típico era o arrendatário com um empreendimento comercial médio, operado por mão de obra contratada.

Tecnicamente a agricultura europeia era ainda, com exceção de algumas regiões adiantadas, tradicional e ineficiente. As novas culturas, importadas das Américas ou de outras regiões tropicais, tinham feito algum progresso, mas eram consideradas ainda raridades próximas ao luxo, como o caso do açúcar. Segundo Hobsbawm, o mundo agrícola era lento, enquanto o mundo do comércio, das manufaturas, e as atividades intelectuais e tecnológicas que os acompanhavam, eram dinâmicas. As classes que deles se beneficiavam eram ativas e determinadas.

A principal forma de expansão da produção industrial era o chamado sistema doméstico, no qual o mercador comprava os produtos dos artesãos ou o tempo de trabalho não agrícola do campesinato, para vendê-los num mercado mais amplo. O simples crescimento deste comércio, inevitavelmente, criou condições rudimentares para um precoce capitalismo industrial.

As atividades comerciais e manufatureiras floresciam de forma exuberante. A Grã-Bretanha era o Estado mais bem-sucedido da Europa no século XVIII e devia, plenamente, seu poderio ao progresso econômico. Por volta da década de 1780, todos os governos continentais - com qualquer pretensão a uma política racional – trabalhavam no sentido de fomentar o crescimento econômico, especialmente o desenvolvimento industrial, embora com sucesso muito variável.

Podemos dizer que países como França, Alemanha e Itália ainda eram agrários em 1815. Outras partes da Europa, como por exemplo, a península Ibérica, os países Baixos, industrializou tardiamente ou apenas sediaram algumas indústrias.

As ciências desse período dedicavam-se às soluções de problemas produtivos, sendo que os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição intimamente ligada a prática de laboratório e às necessidades da indústria. Invenções como a máquina a vapor, o tear mecânico, o torno, entre outros, possibilitaram várias mudanças no que se refere à organização do trabalho. O aspecto mais importante desse processo foi a separação entre: de um lado, capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima); de outro, o trabalho. Os operários passaram a assalariados dos capitalistas (donos do capital).

As primeiras manifestações da Revolução Industrial foi sem dúvida, o desenvolvimento do mundo urbano. Londres chegou a um milhão de habitantes em 1800. O progresso deslocou-se para o norte; centros como Manchester abrigavam massas de trabalhadores, em condições miseráveis. Não havia garantia contra acidente nem indenização ou pagamento de dias para-dos. Os artesões, acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica.

A mão de obra feminina e infantil passou a fazer concorrência à masculina, com salários mais baixos do que destes últimos. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais da metade da massa trabalhadora. Crianças começavam a trabalhar aos seis anos de idade.

Em termos políticos, na última parte do século XVIII, as monarquias absolutistas continuavam a reinar na Europa. Porém a conjuntura econômica e o evidente sucesso



### Saiba mais

#### Reações do Proletariado

**Luddismo** (movimento de quebra das Máquinas na Inglaterra do século XVII, realizado por trabalhadores desempregados) – as primeiras revoltas e trabalhadores tinha as máquinas como alvo das revoltas. Estas achavam que as máquinas eram as grandes culpadas por reterem seus postos de empregos.

**Trade Unions** – Sindicatos.

**Movimento Cartista** (Cartismo) – operários ingleses escreveram cartas ao parlamento reivindicando melhorias nas condições de vida e trabalho.



### Saiba mais

A Inglaterra, de fins do século XVIII a meados do século XIX, viveu um período conturbado. Foi o período do crescimento das cidades e da população urbana, construção de inúmeras ferrovias, aparecimento de fábricas e das classes sociais da época capitalista: a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, cuja força de trabalho era explorada. Eram os anos da Revolução Industrial.

A base da mentalidade dos burgueses de tal época era a exploração máxima da classe trabalhadora – o proletariado – de maneira que pudessem garantir o lucro e manter a massa operária dependente. E esta, na maioria, era oriunda dos cercamentos dos campos realizados na Inglaterra e que forçaram a população rural a trabalhar em meios alternativos no próprio campo ou a migrar para as cidades em busca de empregos – principalmente nas minas de carvão ou nas primeiras fábricas, sobretudo as têxteis, de alimentos, bebidas, cerâmica e outros demais produtos que visavam o nascente mercado consumidor urbano.

Os trabalhadores, submetidos a esta nova ordem, muito sofreram em busca de melhorias de vida que nunca chegavam, devido ao salário extremamente baixo. Acabavam, assim, realizando seus serviços pela própria subsistência, sob péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas – às vezes de 16 horas diárias – trabalhando até o limite das forças e, não raro, tidos por negligentes e insubordinados pelos seus empregadores, ainda que tal se desse pela exaustão física. Ademais, tiveram que aprender a trabalhar de maneira regular e ininterrupta, de forma que o trabalho rendesse. Além disso, utilizavam meios de produção que não lhes pertenciam e geravam excedentes que, da mesma forma, nunca iriam lhes pertencer, com a única finalidade de produzir o lucro para os burgueses. Esses patrões os utilizariam para continuar a financiar a industrialização, ou

seja, enriquecendo frente ao contínuo empobrecimento dos proletários, o que levava os segundos à insatisfação, muitas vezes ocasionando conflitos. Vemos assim que o proletário era alienado do seu trabalho, pois além de não saber qual era o fim da sua produção, não podia usufruir o produto que era destinado a outros.

Importante ressaltar a preferência de certos burgueses pela utilização em larga escala da mão de obra considerada mais “dócil” e – claro – mais barata, como as mulheres (principalmente para a tecelagem), crianças e rapazes abaixo dos 18 anos de idade, o que levava ao desemprego dos homens adultos.

Dessa forma, a miséria e a fome não tardaram a aparecer, assim como doenças como a cólera e o tifo nas humildes regiões habitacionais, devido às péssimas condições de higiene, escassez do fornecimento de água e pelo fato de não terem como se protegerem do frio. Tal quadro levou à morte inúmeros trabalhadores pobres.

(...)

A cidade se expandia e as habitações populares passaram a crescer ao redor delas causando um ambiente pouco atrativo e um empobrecimento das cidades fabris. F. Engels, em sua obra “A condição da classe trabalhadora na Inglaterra” [1] diz: “Um dia andei por Manchester com um destes cavalheiros da classe média. Falei-lhes das desgraçadas favelas insalubres e chamei-lhe a atenção para a repulsiva condição daquela parte da cidade em que moravam os trabalhadores fabris. Declarei nunca ter visto uma cidade tão mal construída em minha vida. Ele ouviu-me pacientemente e na esquina da rua onde nos separamos comentou: ‘E ainda assim, ganham-se fortunas aqui. Bom dia, senhor!’”.

(...)

#### CRONOLOGIA:

- 1780: Início do processo de industrialização na Grã-Bretanha.
- 1789: Inicia-se a Revolução Francesa
- Entre 1789 e 1848: Europa e América inundadas por especialistas, máquinas a vapor e maquinarias para algodão e investimentos britânicos,
  - Década de 1830: As artes e literatura passam a abordar a questão da Revolução Industrial e a ascensão da sociedade capitalista.
  - A partir da década de 1840: A classe operária, com acesso às obras socialistas como, por exemplo, O manifesto comunista, passa a se rebelar mais intensamente.
  - 1848: Revoluções de cunho socialista mudam o conceito de revolução de liberalismo para socialismo.

(...)

Artigo disponível em <http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/condi%C3%A7%C3%B5es-da-classe-oper%C3%A1ria-%C3%A0-%C3%A9poca-da-revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial>, visitado em 04/03/2013

internacional do poderio capitalista britânico levaram a maioria destas dessas monarquias a tentar programas de modernização intelectual, social e econômica propostos pelo Iluminismo.

A classe média e instruída e, as empenhadas no progresso, quase sempre buscavam o poderoso aparelho central de uma monarquia iluminada para levar a cabo seus projetos. Embora



#### Glossário

**Iluminismo:** termo que indica um movimento de ideias, no século XVIII, que se caracteriza por um primado da razão, em torno do qual se desenvolveu o tema do progresso. Uma das suas maiores expressões é a Enciclopédia organizada por Diderot e D’Alembert, projeto que envolveu numerosos intelectuais da época.

Defendia o racionalismo, a noção de progresso, a tolerância, o humanismo e, por consequência, o fim da escravidão, da fome, da doença, do analfabetismo, o anticlericalismo, anticolonialismo.

Do ponto de vista político, o Iluminismo parece ter inspirado algumas reformas em países governados pelos chamados déspotas esclarecidos - regimes monárquicos que tentaram conciliar o absolutismo às essas ideias por meio de reformas no plano social, político, econômico e religioso. Essas medidas, no entanto, refletiram, na maioria das vezes, uma nítida feição centralizadora. Ao realizar reformas, esses soberanos tinham como objetivo primordial menos beneficiar os seus súditos, do que reforçar o Estado e, com isso, o seu próprio poder.

os monarcas não quisessem perder o apoio deste grupo social, continuavam muito ligadas à nobreza proprietária de terras, à qual, afinal de contas, pertenciam, e de cujo apoio dependia:

(...) A monarquia absoluta, não obstante quão moderna e inovadora, achava impossível e pouco se interessava em libertar-se da hierarquia dos nobres proprietários, à qual, afinal de contas, pertencia, e cujos valores simbolizava e incorporava, e de cujo apoio dependia grandemente. A monarquia absoluta, apesar de teoricamente livre para fazer o que bem entendesse, na prática pertencia ao mundo que o iluminismo tinha batizado de feudalismo, termo mais tarde popularizado pela Revolução Francesa. Uma monarquia deste tipo

estava pronta a usar todos os recursos disponíveis para fortalecer sua autoridade, aumentar a renda tributável dentro de suas fronteiras e seu poderio fora delas, e isto bem poderia levá-la a fomentar o que de fato eram as forças da sociedade em ascensão.(...) Contudo, seus horizontes eram o de sua história, de sua função e de sua classe. Ela quase nunca desejou, e nunca foi capaz de atingir, a total transformação econômica e social que exigiam o progresso da economia e os grupos sociais ascendentes. (Hobsbawm, 1997: 39)

Na Inglaterra, por sua vez, a revolução gloriosa tornou possível em termos políticos, sociais e econômicos, a criação de uma conjuntura que favorecesse o desenvolvimento do capitalismo. Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu a superioridade tecnológica e científica. Segundo Hobsbawm, mesmo a invenção da máquina a vapor, tão importante para o desenvolvimento do setor têxtil, não necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há mais de um século. Dadas às condições adequadas, as inovações técnicas da revolução industrial praticamente se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química.

(...) onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. (...) uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (...) A agricultura já estava preparada para levar a termo suas funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a



### Saiba Mais

**Revolução gloriosa:** movimento insurrecional levado a efeito no século XVII (1640) contra a monarquia dos Stuarts, dinastia que se sucedeu ao trono da última rainha Tudor, Elizabeth I. Essa nova dinastia, ao assumir o governo, entrou em conflito com o Parlamento, o que se agravou com a aprovação por parte deste, em 1628, da Petição dos Direitos, declarando ilegal qualquer tributação estabelecida sem aprovação legislativa e condenando as prisões arbitrárias. No ano seguinte a assembleia foi dissolvida, ficando fechada por onze anos.

No ano de 1642 irrompe-se uma guerra civil que iria durar quatro anos. Do lado monárquico, a nobreza, o clero anglicano e a burguesia londrina; do outro a pequena classe média rural. Depois de um período de incerteza no trono inglês, o parlamento assumiu a liderança do país, colocando no trono Guilherme de Orange (1688). O fim desta revolta se deu com a promulgação, pelo parlamento, da Declaração dos Direitos, na qual ficava estabelecidas a supremacia do Parlamento sobre o monarca e a confirmação de Guilherme e sua esposa, Ana, como reis da Inglaterra. A questão se encerrou, consolidando o triunfo da burguesia e da grande propriedade.

alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento. Fornecer uma grande e crescente excedente de recrutados em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia.(...). A política já estava engatada ao lucro. (Hobsbawm, 1997: 47)

É importante destacar que o vasto aumento da produção foi obtido pela adoção da racionalização e pela expansão da área cultivada, o que desembocou no Decreto das Cercas, o qual arruinou os pequenos proprietários ao impor a criação de ovelhas no lugar da lavoura e liberou mão de obra para o trabalho na indústria. Esse processo foi um dos principais agentes das grandes transformações econômicas da estrutura agrária inglesa. A formação de grandes propriedades decorrentes desse sistema trouxe a ampliação dos investimentos capitalistas no campo, alterando as relações de



### Saiba Mais

**Cercamentos** transformação tecnológica agrária da Inglaterra a partir do século XVI. Até então as terras eram divididas em campos abertos – possuídos a título individual, admitiam também o arrendamento de terceiros -, e terras comuns. Os lotes de terra, na sua maioria, penetravam uns

nos outros, o que não só dificultava o cercamento de cada lote, como também obrigava a existência de numerosos caminhos de acesso. Na agricultura, tal situação impossibilitava a identificação da produção individual, pois tornava inevitável o caráter coletivo do plantio. A lei do cercamento possibilitou aos proprietários separar as propriedades, com isso a terra ficou extremamente valorizada, especializou-se a produção e favoreceu-se a aplicação de capital. Embora existisse cercamento de pequenas propriedades, esse processo favoreceu as grandes extensões de terras onde se desenvolvia a criação de carneiros destinados a indústria da lã.



### Exercício de Aprendizagem

Leitura dos textos indicados na **Identificação de Demanda para Estudo e Pesquisa** para discussão no Fórum (AVA).

**Problemática a ser pensada:** a situação da classe operária na primeira, segunda e terceira fase da revolução industrial.



### Estudos e Pesquisa

HOBBSAWM, Eric. Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 23-69.

PRIER, Sergio. A classe trabalhadora diante da terceira revolução industrial. Disponível em [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/Sergio\\_Prieb.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/Sergio_Prieb.pdf), visitado em 03/03/2013.

## 2.2. Revolução Francesa

Se a Inglaterra forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo que rompeu com estruturas econômicas tradicionais do mundo não europeu, a França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo.

Durante o século XVIII, novas circunstâncias históricas acentuaram as contradições do Antigo Regime. O absolutismo era criticado por sua concentração de poderes e intervenção na economia através da política mercantilista. A sociedade estamental continuava existindo apenas juridicamente e as colônias, por sua vez, começavam a propor sua igualdade diante das metrópoles.

O final do século XVIII, portanto, foi uma época de crise para os velhos regimes monárquicos da Europa e seus sistemas econômicos. As últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto de revolta e, de movimentos coloniais em busca de autonomia, como foi o caso da Independência dos EUA.

A França do século XVIII não era uma potência como a Inglaterra, cuja política externa já era substancialmente



### Saiba Mais

**Independência dos EUA:** inspirados pelos Ideais Iluministas e muito insatisfeitos com o contínuo aumento dos impostos cobrados pelos ingleses que, nesta época estavam em guerra com a França, às treze colônias americanas iniciaram uma revolta popular (1775) que terminou com a retirada britânica do continente. Ao final da luta, a América Inglesa já possuía uma legislação central, órgãos executivos e acordos externos. Novas constituições foram elaboradas para os Estados que se formaram, garantiram os direitos do cidadão e maior participação popular na escolha dos dirigentes. A cidadania, entretanto, não foi assegurada aos negros. O caráter antimonárquico, os ideais iluministas e as instituições republicanas estabelecidas pela Revolução Americana influenciou diretamente o processo de independência de outras colônias em torno do Oceano Atlântico, como por exemplo, o Brasil.

determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sobre vários aspectos, a mais típica das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Foi este aspecto que fez com que o conflito entre a estrutura oficial, os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes fossem mais agudos neste país do que em outras partes da Europa.

À insatisfação com a centralização do poder nas mãos do monarca, com a permanência dos privilégios da nobreza e do clero em relação a outros grupos sociais, somou-se uma grave crise econômica, que teve como consequência o aumento dos impostos e, em seguida, o aumento do grau de insatisfação social, principalmente do grupo burguês.

A Revolução que se sucedeu a esta crise não chegou a ter líderes do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado. No entanto, podemos falar de um consenso



## Glossário

**Queda da Bastilha:** no dia 14 de julho de 1789 a população parisiense avançou sobre a Bastilha, prisão política da época, e assumindo seu controle. Esse evento tornou-se um marco no processo de derrubada do poder da monarquia absolutista francesa.

de ideias gerais entre um grupo social, a burguesia, bastante coerente a ponto de dar ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. Estas eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos filósofos e economistas e difundidas pela maçonaria e associações informais.

Caracterizado pela inconstância e pelo reformismo durante a Assembleia Nacional e a Monarquia constitucional (1789-1792), o movimento revolucionário se aprofundou e se radicalizou durante a República da Convenção Nacional (1792-1795). À política do Terror, se sobrepôs a instabilidade da República do Diretório (1795-1799). Por fim, as ameaças de contra-revolução foram afastadas com a implantação do



<http://diogolleite.wordpress.com/aulas/historia/2o-ano/revolucao-francesa/>



## Saiba Mais

**Constituição de 1793 (República Jacobina – 2ª fase da Revolução Francesa)**

Pontos importantes desta constituição:

- **Voto Universal ou Sufrágio Universal** – Todos os cidadãos homens maiores de idade, votam.
- **Lei do máximo ou Lei do Preço Máximo** – estabeleceu um teto máximo para preços e salários.
- **Venda de bens públicos e do emigrados para recompor as finanças públicas.**
- **Reforma Agrária** – confisco de terras da nobreza emigrada e da Igreja Católica, que foram divididas em lotes menores vendidos a preços baixos para os camponeses pobres que puderam

pagar num prazo de até 10 anos.

- **Extinção da Escravidão Negra nas Colônias Francesas** – que acabou por motivar a Revolução Haitiana em 1794 (o Haiti foi o primeiro país Americano a abolir a escravidão – 1804);
- **Organização dos seguintes comitês:** o Comitê de Salvação Pública, formado por nove (mais tarde doze) membros e encarregado do poder executivo, e o Comitê de Segurança Pública, encarregado de descobrir os suspeitos de traição.
- **Criação do Tribunal Revolucionário**, que julgava os opositores da Revolução e geralmente os condenavam à Guilhotina.



## Exercício de Aprendizagem

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet.

Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a02v2484.pdf>, visitado em 03/03/2013.

**Leitura do texto e discussão no Fórum (AVA)**

**Problemática a ser pensada:** preceitos democráticos dentro do processo da Revolução Francesa: ensino gratuito e acessível a todos.

Consulado (1797-1804), que marca a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder.

**2.2.1. Período Napoleônico**

As disputas entre a burguesia e as camadas populares geravam uma grande tensão política, o que dificultou a estabilidade econômica e social na França. Enquanto tais contendas inflamavam o contexto interno, várias monarquias da Europa se uniam com o objetivo de derrubar estes estes revolucionários. Nesse contexto, a França precisava um líder político forte que possibilitasse a consolidação dos resultados obtidos pela burguesia durante a Revolução.

Napoleão Bonaparte foi este homem. Formado durante o processo revolucionário, ficara conhecido pela sua invejável habilidade militar e sua capacidade de vencer batalhas que pareciam estar praticamente perdidas. A burguesia viu em Napoleão a oportunidade perfeita para que as contendas políticas cessassem e

o desenvolvimento econômico surgisse. Em 1799 ele finalmente, teve o apoio político para derrubar o Diretório que controlava seu país e organizar o Consulado, o qual lhe deu importantes atribuições políticas.

Napoleão criou o Banco da França, para custear os empreendimentos burgueses e reorientar a enfraquecida economia nacional. Reatou as relações do Estado com a Igreja, que passara a reconhecer a perda de suas propriedades e todas as demais satisfações que os clérigos deviam ao regime republicano. Criou, no ano de 1804, o Código Civil Napoleônico, o qual estabeleceu a igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Os bons resultados de sua administração materializaram paulatinamente a conquista do poder absoluto de Napoleão na França. Como imperador, sustentou as conquistas camponesas com a reforma agrária, promoveu uma série de obras públicas e deu continuidade ao processo de modernização da economia. Vencendo batalhas militares de grande importância, Napoleão colocou-se como senhor da Europa em termos políticos. Porém seu poderio esbarrava na hegemonia industrial britânica.

Visando resolver esta questão, Napoleão publicou um decreto internacional, chamado Bloqueio Continental, que proibia o comércio entre a Inglaterra e qualquer outra nação europeia. Todo o país que desobedecesse este tratado seria invadido pelas tropas francesas. Em pouco tempo, não resistindo à dependência com relação aos produtos ingleses, várias nações viram-se obrigadas a desobedecerem ao acordo.

Apesar da sua hegemonia militar terrestre, as invasões napoleônicas acabaram retirando a agilidade e o poder de reação das tropas francesas. Em 1812, o descumprimento russo ao Bloqueio Continental obrigou o estadista francês a empreender uma grande investida militar que contava com seiscentos mil soldados sobre o território daquele país. Surpreendido pela tática de terra arrasada e pelo vigor do inverno

siberiano, Napoleão Bonaparte acabou perdendo milhares de soldados.

Aproveitando da situação, as tropas monarquistas da Europa se reorganizaram para derrotar o governo francês. A primeira derrota aconteceu em 1814, na cidade de Leipzig, onde Napoleão se entregou aos inimigos, sendo exilado numa pequena ilha mediterrânea. Pouco tempo depois, um destacamento de soldados fiéis conseguiu retirá-lo da região e devolver-lhe o controle da França.

Conhecido como o “Governo de Cem Dias”, a volta de Napoleão ao poder foi logo fustigada pelos seus inimigos na batalha de Waterloo. Exilado mais uma vez, agora na ilha africana de Santa Helena, Napoleão morreu seis anos mais tarde em consequência de uma terrível doença (provavelmente câncer) que acometia o seu estômago.



Estudos e Pesquisa

**Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

HOBBSAWM, Eric. Era das Revoluções. São Paulo: Paz e Terra, 1997, pp. 95-116.

Disciplina 4



Saiba Mais

(...) O típico Estado moderno, que tivera se desenvolvendo por vários séculos, é uma área ininterrupta e territorialmente coerente, com fronteiras claramente definidas, governada por uma só autoridade soberana e de acordo com um só sistema fundamental de administração e de leis. (Desde a Revolução Francesa tem-se entendido que o Estado moderno deva representar também uma só nação ou grupo linguístico, mas naquela época um Estado territorial soberano não implicava isto.). O típico Estado Feudal europeu, embora pudesse às vezes parecer como esse modelo, como exemplo na Inglaterra medieval, não requeria essas condições.(...) – (HOBBSAWM, 1997, p. 106)



Exercício de Aprendizagem

Sobre a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, o historiador inglês Eric Hobsbawm escreveu: “Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma democracia e igualitária” (HOBBSAWM, 1997:100).

A partir da leitura do texto deste autor indicado na **Identificação da Demanda para Estudo e Pesquisa** e da análise do Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, faça uma reflexão sobre a afirmação citada a cima.

Obs: atividade a ser postada no Fórum (AVA).

A Revolução Francesa e as conseqüentes guerras que só terminaram com a derrota de Napoleão Bonaparte, mudaram a geografia política da Europa. Em todas as regiões conquistadas por este, as instituições da Revolução e do Império Napoleônico foram automaticamente aplicadas, como, por exemplo, os códigos legais franceses. E estas instituições mostraram serem bem menos reversíveis do que a mudança de fronteiras.



### Para Examinar

**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS HOMENS E DOS CIDADÃOS:** Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral. Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art. 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente

admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14º. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16º. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17º. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

In Textos Básicos sobre Derechos Humanos. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. APUD. FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. Liberdades Públicas. São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

**UNIDADE 3:**

Disciplina 4

**Século XX: a era da guerra total.**

### 3.1. A primeira Guerra mundial.

Entre os anos de 1870 e 1914, o mundo vivia a euforia da chamada Belle Époque (Bela Época). Do ponto de vista da burguesia dos grandes países industrializados, o planeta experimentava um tempo de progresso econômico e tecnológico. Confiantes de que a civilização atingira o ápice de suas potencialidades, os países ricos viviam a simples expectativa de disseminar seus paradigmas às nações menos desenvolvidas. Entretanto, todo esse otimismo encobria um sério conjunto de tensões.

No final do século XIX, o centro do mundo ainda se encontrava na Europa. Controlando os mares e dono do maior império colonial, a Inglaterra despontava dominante. A França poderia fazer-lhes sobre, mas se embaraçava com questões de política interna e continental. As unificações da Itália (1870) e da Alemanha (1871) não apareciam, à primeira vista, poder abalar o reinado britânico. Tão pouco se acreditava em ameaças partindo do multinacional Império Austro-Húngaro ou do anacrônico absolutismo russo. No Mediterrâneo oriental e Oriente Médio, desagregava-se o outrora ameaçador e poderoso Império Turco-Otomano. Fora da Europa, apenas os Estados Unidos e o Japão apareciam como potências.

Entre 1873 e 1875, uma crise de superprodução começou a abalar o frágil equilíbrio europeu. A crise expôs problemas: o capital acumulado necessitava de constante expansão, fosse ela técnica ou territorial. As pressões demográficas também marcaram presença, tornando mais forte o contraste entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos. Soma-se a essas questões a busca de mercados empreendida pelas recém-formadas Itália e Alemanha.

Porém, entre 1875 e 1914 nenhuma grande potência combateu outra fora de sua região imediata, embora expedições agressivas de potências imperiais - ou candidatas a imperiais - contra seus opositores fossem comuns. O conflito de 1914 envolveu todas elas, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, dos três países da Escandinávia e da Suíça. Tropas do ultramar foram enviadas para lutar e operar fora de suas regiões.

Os motivos para tal ocorrido estão no fato de que essas guerras, ao contrário das anteriores - tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados - tratavam de metas ilimitadas. Assim, durante o período dos grandes Impérios, o mundo foi dividido entre um número pequeno de Estados europeus e, a disputa para conseguir a supremacia econômica e militar sobre todas as regiões do planeta, deu tom a este imperialismo.

Mesmo sendo o colonialismo apenas um dos aspectos de uma mudança mais geral das questões mundiais, foi com toda clareza, o de impacto mais imediato nesta corrida por novos mercados fornecedores de matéria prima e consumidor de produtos industrializados. Dentro deste contexto, a ideia de imperialismo ganhou uma dimensão econômica que, como conceito, nunca mais perdeu: (...) o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e ao mundo não desenvolvido. (...). (Hobsbawm, 1995: 95)

O desenvolvimento tecnológico, por exemplo, dependia agora de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, estavam localizadas fora da Europa Ocidental, como é o caso da borracha que se encontrava na Amazônia e o petróleo levado dos EUA, Rússia e Romênia.

Um fator convincente para a expansão colonial foi a procura de mercados consumidores. E o ponto crucial dessa situação econômica global, que levou à primeira guerra mundial, foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo entre as potências: (...) Neste sentido, o novo imperialismo foi o subproduto natural de uma economia internacional baseada na rivalidade entre várias economias industriais concorrentes, intensificadas pela pressão econômica dos anos 1880. (...). (HOBBSAWM, 1995: 103)

Por algum tempo a diplomacia conseguiu adiar a guerra, mas tinha sido a diplomacia mesmo quem criara o sistema de alianças, inviabilizando as neutralidades. O nacionalismo

sustentava os interesses imperialistas, e o incêndio se iniciou a partir do nacionalismo sérvio e da questão balcânica. Dos Bálcãs a guerra logo se propaga para toda a Europa e para suas colônias. O que se viu em seguida foram os horrores da guerra moderna.

Essas disputas territoriais levaram por fim, ao desencadeamento da Primeira Guerra Mundial. Ela começou como uma disputa militar essencialmente europeia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia de um lado, e as chamadas “potências centrais”, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro, com Servia e a Bélgica sendo imediatamente arrastada para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado, a Tríplice Aliança se avolumava numa coalizão bastante grande. Subordinada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão que entrou quase de imediato, a fim de tomar as posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e – mais importante – os EUA entraram em 1917. Sua intervenção foi decisiva dando a vitória à Tríplice Aliança.

A guerra durou de 1914 a 1918. A paz foi selada por um acordo imposto pelas potências vencedoras conhecido como Tratado de Versalhes. Neste acordo, a recusa das potências vitoriosas à reintegrar as vencidas, tornaria insustentável, por muito tempo, o equilíbrio econômico e político, agora mundial e não apenas europeu:

(...) Talvez a guerra seguinte pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia pré-guerra como um sistema global de próspero crescimento e expansão econômica. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais



## Estudos e Pesquisa

**Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1195, PP. 29-60.

dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial.(...) (HOBBSAWM, 1995, p. 40)

Os acordos que deveriam dar fim aos conflitos da Primeira Guerra Mundial serviram para que um clima de rivalidades se agravasse ao longo do período do Entre guerras. A imposição de multas e sanções extremamente pesadas não conseguiu fazer com que o equilíbrio político real fosse alcançado entre as potências econômicas mundiais. Grosso modo, podemos afirmar que a Primeira Guerra pavimentou as possibilidades para a ocorrência de um novo conflito internacional.



## Saiba Mais

**A ERA DAS CRISES (1904-1914)**

**1903:** o rei da Sérvia é assassinado por oficiais da Mão Negra. O novo rei, Pedro I é abertamente pró-francês, pró-russo e contrário à Áustria-Hungria, ou seja, o país passa à inimigo oficial do Império Ausro-Húngaro.

**1904-1905:** derrota da Rússia na Guerra Russo-Japonesa, o que significou um enfraquecimento do exército russo e um maior interesse pelos Balcãs (não mais pelo Extremo Oriente).

**PRIMEIRA CRISE DO MARROCOS (1905):** Alemanha declara-se favorável à independência do Marrocos, enquanto França pretendia dominá-lo plenamente.

**CRISE DA BÓSNIA-HERZEGOVINA (1908-10909):** Áustria-Hungria anexa a Bósnia-Herzegovina a fim de enfraquecer a Sérvia e também porque acreditavam que, com isso, eliminariam as tentativas de nacionalismo iugoslavo. A Rússia não tinha condições de, neste momento – e sozinha, enfrentar o Império Austro-Húngaro e a França não quis se envolver. Esta crise, portanto, exacerbou o nacionalismo sérvio e a rivalidade austro-russa.

**CRISE DE AGADIR OU SEGUNDA CRISE DO MARROCOS (1911):** No Marrocos, o sultão Moulay Hafid é aprisionado por rebeldes e, assim, pede ajuda à França, que envia tropas para a o interior do país. Isso provoca a ira da Alemanha, que considera uma ocupação efetiva e de caráter colonial por parte dos franceses e, então, partem com navios para lá. A Rússia permanece neutra no conflito. A Inglaterra posiciona-se a favor da França e diz estar preparada para uma guerra, porém os embaixadores de França e Alemanha fazem um acordo.

**PRIMEIRA CRISE Balcânica (1912-1913):** forma-se uma coalizão de países balcânicos (apoiada pela Rússia) contra o Império Otomano. Os aliados vencem os turcos. Os sérvios e os gregos fazem uma aliança contra os búlgaros, pois estes queriam amplos territórios na vitória contra a Turquia. No entanto, Bulgária ataca a Sérvia em 1913. Os búlgaros foram batidos em 15 dias pelos sérvios. Nestes conflitos, nenhuma potência deu apoio concreto (com envio de tropas), porém por muito pouco Áustria-Hungria não entra no conflito contra a Sérvia e, conseqüentemente,

contra a Rússia.

**A CRISE DE JULHO DE 1914**

O estopim que leva à Primeira Guerra Mundial aconteceu em 28 de junho de 1914, quando o herdeiro do império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, foi assassinado na Bósnia-Herzegovina por um integrante da Mão Negra. A Áustria-Hungria tinha o pretexto que faltava para atacar a Sérvia, confiantes que estavam de ter sido a mando do governo sérvio. Tratava-se de uma força que não parava de crescer e que comprometia o seu império: o nacionalismo iugoslavo, cujo foco estava na Sérvia.

A Alemanha, por sua vez, sentia-se ameaçada pela aliança franco-russa e agora não podia mais recusar apoio à Áustria-Hungria, senão a Dúplice Aliança estaria comprometida e ela ficaria sozinha no cenário internacional.

Para a Rússia, a guerra era difícil, já que enfrentava dificuldades econômicas e políticas, porém em seu papel de “mãe dos povos eslavos”, precisava entrar no conflito em defesa da Sérvia.

A França, por outro lado, defenderia a Rússia, caso os alemães a atacassem, em virtude da Triplíce Entente.



## Para Examinar

**Tratado de Versalhes****Parte VIII.****Reparações (artigos 231 a 247 e anexos).**

Na Parte VIII encontra-se um dos mais importantes Artigos do Tratado, o Artigo 231 que atribui a culpa da Primeira Guerra Mundial à Alemanha.

Os Aliados e os Governos Associados afirmam e a Alemanha aceita a responsabilidade da Alemanha e de seus aliados por ter causado todas as perdas e danos que os Aliados e os Governos Associados, bem como seus cidadãos foram submetidos como consequência da guerra que lhes foi imposta e pela agressão da Alemanha e seus aliados.

Sendo assim, o Tratado impôs que reparações fossem realizadas, de forma que as Forças Aliadas fossem indenizadas pelos danos sofridos com a guerra. Quanto às reparações, destacam-se os seguintes fatos:

A soma total das reparações de guerra custou à Alemanha cerca de 226 bilhões de Marcos Alemães. Este total foi decidido por uma Comissão de Reparções Inter-Aliados. Em 1921 este valor foi reduzido para 132 bilhões de Marcos Alemães, que valiam U\$ 31.4 bilhões na época (em 2011 esse total equivaleria a U\$ 442 bilhões).

Era visível que as imposições de reparações do Tratado eram, em partes, uma resposta às reparações que a França teve que fazer à Alemanha em 1871, com a assinatura do Tratado de Frankfurt, após a Guerra Franco-Prussiana.

O pagamento das reparações propostas pelo Tratado de Versalhes foi realizado de várias formas, incluindo carvão mineral, aço, propriedade intelectual (por exemplo, a patente

da Aspirina™) e produtos agrícolas, em grande parte, porque a reparação em moeda, dada a magnitude das reparações, levariam a hiperinflação, como de fato ocorreu no pós-guerra na Alemanha, diminuindo assim os benefícios para a França e Grã-Bretanha.

A Alemanha apenas terminou de pagar suas reparações em 2010.

Disponível em <http://enclave.com.br/?p=183>, visitado em 14/02/2012



#### Acesse

<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=800&tipo=acervo>.

Artigo de Henry Laurens sobre a partilha do Oriente Médio ao final da primeira guerra mundial.



#### Exercício de Aprendizagem

“Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas consequências (...)”

HOBBSAWM, Eric J., *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 39.

Com base na leitura do capítulo X do Livro *Era dos extremos* e nos pontos do Tratado de Versalhes tratados neste livro, discuta no fórum (AVA) por que o historiador britânico Eric J. Hobsbawm afirma no trecho acima, que os alemães foram alvo de uma “paz punitiva” e porque alguns críticos afirmam que este tratado determinou a perda da chance que os países vencedores tinham para selar a paz.

### 3.2. Revolução Russa

A Rússia que participou da primeira Guerra mundial era uma espécie e barril de pólvoras pronto a explodir. Os descontentamentos sociais com o governo Czarista só aumentavam desde 1905 e foram agravados pela participação do país na Guerra. Tirando a firme lealdade ao Czar do Exército, polícia e serviço público, neste período, o país via-se a beira de uma erupção. A ineficácia de governo do Czar, Nicolau II (1868-1918), em resolver as questões sociais ao longo desses anos, tornou nada surpreendente e inesperado aos contemporâneos, a revolução de março de 1917.

A realidade econômica e social russa no final da guerra era a de um país camponês, sinônimo de pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial era minoria, embora estrategicamente localizada. Ou seja, o país não tinha basicamente, nenhuma das condições conjunturais pensadas por Karl Marx para que a revolução socialista ocorresse.

Porém, o desequilíbrio social e a insatisfação com relação ao governo central levaram a uma pressão popular que fez com que o Czar abdicasse do poder, sendo substituído por um governo liberal provisório que contou com a simpatia e mesmo ajuda dos aliados ocidentais da Rússia, temerosos que o desesperado regime do Czar saísse da guerra e assinasse uma paz em separado com a Alemanha. Segundo Hobsbawm:

(...) quatro dias espontâneos e sem liderança na rua puseram fim a um Império. Mais que isso, tão pronta estava a Rússia para a revolução social que as massas de Petrogrado imediatamente trataram a queda do Czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais. O feito extraordinário de Lenin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique. (HOBBSAWM, 1995, p. 69)

O que se sucedeu foi a tomada do poder pelo partido bolchevique de Lênin, das mãos do governo liberal, o que pareceu ser a única forma de evitar a desagregação do país.



#### Saiba Mais

**Domingo Sangrento:** em 1905 as condições de vida do operariado russo eram as piores de toda a Europa, tornando inevitável a multiplicação de greves. Duas delas deflagradas em São Petersburgo, levaram o governo a promulgar uma primeira lei social reduzindo de 14 para 11 as horas de trabalho nas fábricas têxteis, mas a crise social e econômica continuou agravando-se. No dia 22 de janeiro desse ano, cerca de cem grevistas foram metralhados por tropas do governo com milhares de vítimas. O episódio que ficou conhecido como “o domingo sangrento”, acarretou novos distúrbios e paralisações dos operários em todo o império. Dentro deste contexto, surgiram os soviets, conselhos operários de deliberação coletiva, que foi peça chave no processo revolucionário russo.

Disciplina 4



## Glossário

**Bolchevismo:** corrente política revolucionária marxista surgida na Rússia no começo do século XX que sob a orientação de Lênin deu origem ao partido proletário. O termo originou-se quando da realização do II Congresso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia em 1903, ocasião em que, na eleição dos órgãos dirigentes do partido, os seguidores de Lênin obtiveram a maioria. A partir dessa votação ficaram definidas as duas grandes correntes do socialismo russo, bolcheviques e mencheviques, até 1917, quando os primeiros conquistaram o poder. Progressivamente, os bolcheviques, apesar das divergências com os mencheviques, aprofundaram suas teses e sua liderança até se transformar no Partido Comunista, prosseguindo com o plano revolucionário que culminou com a criação do Estado Soviético a partir de outubro de 1917 e a instauração da ditadura do proletariado.



## Estudos e Pesquisa

**Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1195, PP. 61-89.

As consequências seguintes dessa revolução para as regiões que compuseram a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS - decorreram de uma frustração em torno dos planos iniciais de seus idealizadores, de que ocorreria uma revolução socialista mundial, o que a princípio, justificou a decisão de Lênin de entregar a Rússia ao socialismo. Esta não ocorreu, e com isso a URSS ficou comprometida, por uma geração, com um isolamento empobrecido e atrasado.

Porém, é importante resaltar que o governo socialista russo, o modelo do partido de vanguarda leninista, os bolcheviques, ganhou a simpatia do movimento internacional comunista e inspirou uma onda de revoluções que varreu o mundo nos anos seguintes.



## Exercício de Aprendizagem

Esta guerra, de fato, é uma continuação da anterior.” (Winston Churchill, em discurso feito no Parlamento em 21 de agosto de 1941)

A afirmativa acima confirma a continuidade latente de problemas não solucionados na Primeira Guerra Mundial, que contribuíram para alimentar antagonismos e levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial. Discuta no Fórum (AVA) quais são estes problemas e como este quadro foi agravado pelos acordos estabelecidos no final da Primeira Guerra mundial

### 3.3. Segunda Guerra Mundial

#### 3.3.1. Período Entre Guerras

Com a inspiração nacionalista, o capitalismo procurou se recompor na década de 1920. A experiência socialista na União Soviética foi isolada pela economia mundial. Os mercados se recomuseram e a passagem da economia de guerra para a de paz, com as necessidades imediatistas da reconstrução, montou uma breve e aparente prosperidade. Renovou-se o sistema de crédito internacional. Os Estados Unidos, grande vencedor econômico da guerra, cederam fartos empréstimos, inclusive para a Alemanha derrotada. Mas os norte americanos ainda produziam em ritmo de guerra. A produção logo superou a demanda, desestimulando novos investimentos no setor produtivo e incentivando a especulação. Enormes altas artificiais alimentaram sonhos que, na quinta feira negra (24/10/1929), se transformaram num terrível pesadelo. A quebra da bolsa de Nova Iorque encerrou a euforia dos empréstimos e cobrou os débitos: a depressão americana se tornou internacional.

O período entre guerras foi, portanto, de depressão econômica não apenas na Europa, posto que esta era agora muito dependente dos recursos financeiros dos EUA. Não há como entender essa crise econômica mundial, sem pensar neste país. Ele se tornou, neste contexto, o maior importador e exportador, depois da Inglaterra. Por isso a depressão, que o abalou no final da década de 1920, atingiu de forma muito efetiva a economia mundial como um todo.

O colapso econômico Entre Guerras deve ser compreendido, portanto, a partir de dois fatores. O primeiro foi o desequilíbrio crescente na economia internacional, devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto do mundo. Isso se deu devido ao fato de que eles não precisaram muito do mercado externo depois da Primeira Guerra; tinham de importar menos capital, trabalho e produtos do que nunca, com exceção de algumas matérias primas. O segundo fator foi a não geração, pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura.

Não há dúvida que as questões políticas que a Europa enfrentava neste momento são a raiz desse problema:

(...) na conferência de paz de Versalhes 1919), haviam-se imposto pagamentos imensos mas indefinidos à Alemanha como “reparação” pelo custo da guerra e os danos causados às potências vitoriosas. Como justificava, inseria-se uma cláusula no tratado de fazendo da Alemanha única responsável pela guerra (a chamada cláusula da ‘culpa de guerra’), a qual, além de historicamente duvidoso, revelou-se um presente para o nacionalismo alemão. A quantia que a Alemanha teria de pagar permaneceu vaga, como um compromisso entre a posição dos EUA, que propunham fixar os pagamentos da Alemanha segundo a capacidade de pagar do país, e a dos outros aliados – sobretudo os franceses – que insistiam em recuperar todos os custos da guerra. O objetivo real destes, ou pelo menos da França, era manter a Alemanha fraca e ter um meio de poder pressioná-la. Em 1921, a soma foi fixada em 132 bilhões de marcos ouro, ou seja, 33 bilhões de dólares na época, o que todo mundo sabia ser uma fantasia. (HOBSBAWM, 1995, p. 103)

À margem do progresso, os planos quinquenais soviéticos modelavam a primeira economia planejada do mundo. O capitalismo absorveu e transformou essa ideia na década de 1930: a New Deal norte-americana reintroduziu o Estado na economia. Nascia o capitalismo planejado ou neocapitalismo. Com investimento em obras públicas, ampliação da burocracia, subsídios à agricultura, etc., o governo norte-americano absorveu o desemprego e reorganizou a economia.

Mesmo a crise econômica tendo se amenizado, este período foi de profundas mudanças nos governos nacionais. Em termos socialistas houve uma diminuição do número de movimentos comunistas fora da URSS, devido à pressão dos movimentos da direita radical. De fato a ascensão desse tipo

de governo, foi uma resposta ao perigo da revolução social e do poder operário em geral e, a própria revolução Russa.

Anteriores à Primeira Guerra Mundial, as preocupações do Estado com a segurança e o bem estar social se ampliaram com a grande depressão. O elitismo censitário dos votos já havia sido substituído pelo sufrágio universal masculino. O importante papel desempenhado pela mão de obra feminina durante a guerra tornava inapelável a concessão do direito de voto também às mulheres. Assim, a manutenção dos governos repousava agora na eficácia de sua ação social, no apoio da maioria da população.

A dureza e a internacionalidade da crise acentuaram o papel do Estado, no sentido de reduzir seus efeitos sociais. O crescimento das reivindicações trabalhistas, das greves, a expansão do ideário socialista, a pauperização da classe média ameaçavam trilhar o caminho das radicalizações. O desalento e a desilusão colocaram em xeque os valores da democracia liberal. Em países que dispunham de recursos, o Estado conseguiu empreender uma ação amenizadora, contornando a crise. Em outros, em que havia uma menor tradição democrática, a exemplo do que acontecera com a Itália na década de 1920, o temor à ascensão do socialismo conduziu ao poder a solução fascista.

Na Alemanha, principal prejudicada no fim da Primeira Guerra, a economia apresentava o pior desempenho econômico da Europa. A solução encontrada para solucionar o problema foi a elevação ao poder do partido Social-Democrata, com uma forma de governo de extrema direita, cujo líder foi Adolf Hitler. Entre as medidas usadas por este governante para o desenvolvimento do país, estavam o incentivo à indústria militar.



#### Glossário

**Fascismo:** Regime político de extrema direita baseado na ditadura de um único partido sob a liderança do chefe deste, figura que deveria ser cultuada e obedecida por todos.



#### Saiba Mais

**República de Weimar:** com o fim da Primeira Guerra, em 1918, a Alemanha, derrotada, encontrava-se em uma profunda crise. Para sair da guerra e manter o que restou de seu exército, assinou um acordo de paz chamado “Tratado de Versalhes”. Esse tratado, além de responsabilizar a Alemanha pela Primeira Guerra, proibia o país de fabricar armas, tanques e aviões; obrigava a devolução de territórios conquistados e a redução do exército alemão, além de exigir o pagamento de uma indenização aos países vitoriosos, pelos danos de guerra. Essas imposições criaram

na Alemanha um clima de revanchismo, revolta, por parte da população que estava se sentindo humilhada. No final da guerra, o regime monárquico do Kaiser (imperador) caiu, dando início à “República de Weimar”. Esta por sua vez, não foi capaz de enfrentar as péssimas condições em que se encontrava a economia e sociedade alemã, terminando com um golpe de Estado liderado por Adolf Hitler.

### 3.3.2. Nazismo e as questões antissemitas

Os alemães viam em Hitler uma salvação para a crise que o país enfrentava. Rapidamente o partido cresceu. Agricultores, jovens, soldados, em todas as classes, tornaram-se adeptos do novo partido. Com o seu rápido crescimento, o presidente alemão Hindenburg, amedrontado, ofereceu o cargo de chanceler a Hitler, que instaurou uma política de repreensão contra seus opositores: os líderes comunistas foram presos em campos de concentração e, posteriormente, executados. Em agosto de 1934, o presidente Hindenburg morreu e Hitler assumiu o cargo máximo, sem abrir mão do seu cargo antigo. Criou o Terceiro Reich (império) e se proclamou Führer (líder, em alemão). Sua primeira medida como ditador foi a execução de milhares de judeus, comunistas, homossexuais, negros, testemunhas de Jeová, deficientes físicos e mentais, comunistas, nos chamados “campos de concentração”. Esse episódio ficou conhecido como “Holocausto”.



#### Saiba Mais

**Mein Kampf:** em um livro intitulado “Mein Kampf” (Minha Luta), escrito durante o período que passa na prisão devido a sua primeira tentativa de golpe de Estado em 1923, Hitler defendeu a hegemonia da raça ariana, alegando que a Alemanha só se reergueria quando os povos se unissem “num só povo, num só império, num só líder”. Outras etnias, como judeus e negros, deveriam ser executadas. Para Hitler, os judeus foram os grandes culpados pela derrota alemã na Primeira Guerra, devido a traição daqueles que entre eles eram marxistas.

Além do ódio contra outras etnias, Hitler também defendia o extermínio de testemunhas de Jeová, homossexuais e comunistas. Para executar suas ordens, foram criadas as Seções de Assalto (S.A), as Seções de Segurança (S.S.) e a Gestapo (polícia secreta).

### 3.3.3. A guerra

O mundo assistiu surpreso ao início do novo conflito. Poucos acreditavam que o expansionismo fascista fosse tão longe. Não que faltassem indícios, mas pelo caráter nitidamente anticomunista destes regimes, o capitalismo os entendera como baluartes contra a URSS.

A ineficácia da Liga das Nações, a política de apaziguamento franco-britânica e o isolacionismo dos Estados Unidos deram aos fascismos uma inesperada liberdade de ação. O ensaio maior que antecedeu o conflito se fizera com a participação italo-germânica na Guerra Civil Espanhola (1936-39). O golpe militar empreendido pelo general Franco, dizimou milhões de pessoas. Os principais líderes nazifascistas, respectivamente Hitler e Mussolini, o apoiaram, enviando armas recém-criadas pela indústria bélica alemã para serem testadas diretamente em vidas espanholas. O apoio nazifascista consolidou a aliança que ficou conhecida como Eixo Berlim-Roma.



(Guernica, Pablo Picasso)

Embora os investimentos armamentistas estivessem proibidos aos alemães pelo Tratado de Versalhes, os principais líderes europeus estavam fracos demais para defender uma situação estabelecida neste tratado. A política óbvia era negociar com a nova Alemanha para tentar manter uma paz mais durável. Porém, estas negociações não puderam conter a audácia de Hitler.

Apenas quando este anunciou suas pretensões sobre a Polônia foi que os ocidentais se deram conta do perigo que os fascismos representavam. Mas já era tarde. À ameaça

de guerra anunciada pela França e Inglaterra, a Alemanha respondeu com o pacto de não agressão nazi-soviético. Hitler adiava seu confronto com a União Soviética, enquanto tentava dobrar as potências.

Ao avanço fascista, foi necessária a mobilização de uma unidade que incluiu todos os tipos de governo: liberais, socialistas, comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético. O que resultou na Segunda Guerra Mundial.

O marasmo dos primeiros momentos da guerra, também conhecido como “guerra de mentira”, foi contraposto aos ataques-relâmpago (conhecidos como “Blitzkrieg”) das forças militares de Hitler contra a Holanda, Noruega, Dinamarca e Bélgica. Por meio da dominação desses territórios, os alemães abriram caminho para que a invasão à França acontecesse. Em junho de 1940, os Alemães avançaram sobre a cidade de Paris, dominando esse importante território europeu.

Em 1941, com uma posição quase sólida no Ocidente, a Alemanha deu início à invasão da União Soviética. No mesmo ano, em dezembro, o ataque japonês a Pearl Harbor tirava os EUA de seu isolamento. Neste contexto, os países capitalistas se uniram ativamente aos países do bloco socialista no combate ao fascismo. Mas a aliança era temporária.

Sem ter o devido preparo com relação ao extremo inverno siberiano, os alemães foram terrivelmente derrotados, o que deu esperanças aos Aliados numa possível vitória contra o Eixo. Em 1943, forças anglo-americanas conseguiram abater os soldados alemães e italianos que conquistaram o norte da África. Um pouco antes, os japoneses se curvaram mediante os Estados Unidos com a derrota sofrida na Batalha de Midway. Na segunda metade de 1943, os italianos foram derrotados pelas forças norte-americanas e o governo de Benito Mussolini chegou ao seu fim.

Em junho de 1944, as tropas anglo-americanas mais uma vez se uniram para enfrentar os alemães. Desta vez, a missão era retomar a França por meio de um ataque surpresa, realizado pela Normandia. Conhecido como “Dia D”, tal ação militar foi de importância crucial para que os alemães perdessem qualquer possibilidade de reação. A partir daquela

vitória, bastava somente pressionar o território alemão com o uso das frentes ocidental e oriental das forças aliadas.

O ano de 1943 marcou o início do recuo dos regimes fascistas em todas as frentes da guerra. No dia 7 de maio de 1945, os alemães oficializaram a sua rendição. Faltava apenas o Japão, que lutava sozinho contra os EUA no Oceano Pacífico. A negativa nipônica em se render, fez com que os americanos optassem pelo lançamento de bombas atômicas contra o espaço japonês.

A velocidade e dinâmica do conflito durante a Segunda Guerra Mundial foram surpreendentes. Os rápidos deslocamentos dos blindados, o apoio aéreo e as fulminantes ações da infantaria substituíram as trincheiras. A guerra de movimento provocou um número maior de baixas que o da Primeira Guerra mundial. A superioridade aérea se mostrou imprescindível. No mar a guerra submarina se consolidou. O conflito militar chegou ao fim com o trágico ataque nuclear americano às cidades de Hiroshima e Nagasaki. A incrível violência dos combates, coroadas pelas explosões atômicas, tornou o nacionalismo ideologicamente insuficiente para mobilizar os povos a continuar em guerra.

Ao final deste conflito, com a derrota do Eixo – mais precisamente da Alemanha e Japão – o fascismo não tinha mobilizado nada além de seus países originais. Os movimentos comunistas europeus, no entanto, ganharam uma força cada vez maior. Os governos capitalistas liberais tinham agora que encontrar outra forma de contê-los.

### 3.4. Guerra Fria

O contexto político econômico que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial, foi o constante confronto das duas superpotências que emergiram no final do conflito armado: URSS e EUA.

Se a rendição do Japão em agosto de 1945, encerrou as operações militares, as tropas não se desmobilizaram e as indústrias bélicas não reduziram suas atividades. Internacionalmente, apesar da criação da ONU (1945), assentava-se um clima de insegurança e instabilidade. O



Estudos e Pesquisa

**Texto para leitura e debate no Forum (AVA)**

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, PP. 113-177.

capitalismo e o socialismo, aliados da véspera contra os fascismos, retomavam seu confronto.

Para Hobsbawm uma das peculiaridades deste conflito ideológico, militar e político que entrou para a história com o nome de “Guerra Fria”, foi de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial:

(...) apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas, sobretudo, do lado americano, os governos das duas superpotência aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlada uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética. (HOBSBAWM, 1995, p. 224)

Detentora até 1949 do monopólio nuclear, os Estados Unidos tomaram a dianteira. A Doutrina Trumam, cujo slogan era “América para os americanos”, assegurava o auxílio norte americano aos países que sofressem ameaça socialista, principalmente na América; o Plano Marshall reconstruía a Europa ocidental. O terror mundial aumentava diante das réplicas soviéticas: o Cominform queria coordenar o socialismo internacional; o Comecon propunha a integração econômica do Bloco vinculado a Moscou.

O Bloqueio de Berlim, a vitória de Mão Tsé-tung na China e a ascensão soviética às condições de potência nuclear, em 1949, aumentaram a tensão. Os EUA organizaram em termos militares a OTAN – Tratado do Atlântico Norte; e a URSS respondeu com o Pacto de Varsóvia (1955).

Quarenta anos de competição entre essas potências para fazer amigos e influenciar regiões e nações com apoio militar, levou todas as partes do globo a se armarem. No Afeganistão, por exemplo, guerrilheiros tribais anticomunistas receberam mísseis antiéreos portáteis, lançadores etc. dos EUA.

Com o fim da Guerra Fria nos anos noventa, o que restou, segundo Hobsbawm, foi um mundo em desordem. As consequências econômicas e políticas do colapso da URSS e Europa Oriental, foram dramáticas; as economias da Europa Ocidental estavam enfraquecidas. E logo, a ideia alimentada pelos porta-vozes americanos de que a bipolaridade política seria substituída por uma nova ordem baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista.



Estudos e Pesquisa

### Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 223-253..

Disciplina 4



### Para Examinar

É irônico que, por décadas, o Ocidente e os governantes árabes reacionários tenham amplificado e explorado as divergências entre nacionalismo e islamismo, ao cortejar e promover as correntes islamitas conservadoras. Dessa forma, a história das relações entre o islamismo e a “dominação ocidental” está longe de ser “pura” e linear. Quer se trate dos Irmãos Muçulmanos, no Egito, utilizados pelo serviço secreto britânico contra Gamal Abdel Nasser, quer se trate de seu sucessor na Palestina, o Hamas, no passado apoiado por Israel como contrapeso à Organização para a Libertação da Palestina (OLP), ou ainda dos “Árabes Afegãos”, que lutaram pelos Estados Unidos contra o “comunismo ateu”, muitas vezes os islamitas aceitaram se aliar e ser subvencionados por poderes estrangeiros que tentavam impor sua hegemonia na região.

Eis o testemunho de um ex-agente da CIA sobre um “segredinho sujo” de Washington durante a Guerra Fria: “Os Irmãos Muçulmanos eram um aliado silencioso, uma arma secreta contra o comunismo. Nós pensávamos: ‘Se Alá aceita lutar ao nosso lado, tudo bem?’. A recíproca parecia ser verdadeira para os islamitas: ‘Se a América aceita lutar ao nosso lado, tudo bem’.

(...)

El ALAOUI, Hicham Ben Abdallah. Democracia no mundo árabe. In: Le Monde diplomatique Brasil, 05 de Agosto de 2009.

Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=379>, visitado em 14/02/2013.

**UNIDADE 4:**

Disciplina 4

**Globalização, democracia e  
terrorismo.**

## 4.1. Globalização

O final do século XX passou por transformações tecnológicas e produtivas impressionantes. A evolução nas comunicações, principalmente pelo uso cada vez mais comum da internet, aboliu tempo e distância; a economia mundial passou a se basear cada vez mais, nas empresas transnacionais para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado. Essas características, entre outras, levaram a sociedade contemporânea, à chamada era da globalização.

Se um por um lado, em diversos aspectos ela trouxe benefícios à sociedade contemporânea, não podemos deixar de lado que a aceleração da globalização gerou crescentes disparidades regionais no nosso planeta, posto que por sua própria natureza, produz crescimentos desequilibrados e assimétricos econômico. Uma das maiores consequências desta realidade são os descontentamentos e instabilidades políticas e militares que estamos assistindo em regiões como África, Oriente Médio etc.

Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que procuram viver fora do alcance dos impostos dos Estados, o que limita fortemente a capacidade dos governos de controlar suas economias nacionais.

Pode-se dizer, no entanto, que em questão político e militar, os Estados territoriais continuam a ser as únicas autoridades efetivas. Embora existam organizações com autoridade global como Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco mundial, Organização Mundial do comércio, e certos tribunais internacionais, nenhum desses órgãos tem algum poder efetivo além daquele que lhe é conferido voluntariamente pelos Estados, ou seja, não há um sistema internacional capaz de evitar que um colapso geral se transforme em guerra mundial. O que de certa forma, é motivo de medo aos contemporâneos, já que vivemos em uma era de conflitos armados endêmicos de extensão mundial, que em geral se travam no interior dos países.



### Estudos e Pesquisa

#### **Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

HOBBSAWM. Eric Guerra, paz e hegemonia no início do século XXI. In: HOBBSAWM. Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, PP. 36-53.

## 4.2. Democracia

Um dos efeitos da globalização é a crença de que assuntos de interesse humano geral estão se encaminhando para um patamar universal. O conceito de democracia tem sido, nesta perspectiva, um dos protagonistas da história contemporânea. Guerras como a do Iraque e Afeganistão são exemplos desse esforço, dos países líderes Ocidentais em criar uma nova ordem mundial.

Esta “missão” ocidental tem tido consequência catastróficas:

(...) Embora a ação das grandes potências possa ter consequências moral ou politicamente desejáveis, uma identificação com ela é perigosa porque a lógica e os métodos da ação do Estado não são iguais aos dos direitos universais. Todos os países existentes põem seus próprios interesses em primeiro lugar. Se eles têm o poder necessário e se o objetivo é considerado suficientemente importante, os países encontram maneiras de justificá-lo e os meios para alcançá-lo (embora raramente em público) – em particular quando creem que Deus está do seu lado. Tanto os impérios bons quanto os maus produziram os aspectos bárbaros da nossa época, aos quais agora se soma a “guerra contra o terrorismo”. (HOBSBAWM, 2007, p. 118)

A democracia liberal é o modelo, portanto, que o Ocidente acredita ser o ideal de política de Estado. Porém as possibilidades de êxito tem se mostrado muito baixas, posto que, no interior dos Estados nacionais territoriais, as condições para um governo efetivamente democrático são raras: um país que goze de legitimidade, assentimento e capacidade de mediar conflitos entre grupos internos. Quando falta esse consenso, ela fica suspensa.

Não se deve deixar de lado o fato de que uma parcela crescente da vida social, econômica e política ocorre atualmente fora do âmbito de influência dos eleitores – em

entidades transnacionais públicas e privadas que não têm eleitorado, ou pelo menos eleitorado democrático, como é o caso da União Européia. Os países poderosos estão, portanto, defendendo um ideal que não condiz nem mesmo com a sua própria experiência histórica atual, o que dizer de regiões cuja experiência política não se enquadra nem mesmo ao conceito de Estado Nacional, como é o caso dos muitos grupos sociais que localizam-se no Oriente Médio.

## 4. 2. Terrorismo

O aumento da violência em geral, segundo Hobsbawm, faz parte do processo de barbarização que tomou força no mundo desde a Primeira Guerra Mundial:

Existe, no entanto, um fator mais perigoso na geração da violência sem limites. É a convicção ideológica, que desde 1914 domina tanto o conflito interno quanto os internacionais, de que a causa que se defende é tão justa, e a do adversário é tão terrível, que todos os meios para conquistar a vitória e evitar a derrota não só são válidos como necessários. Isso significa que tanto os Estados quanto os insurgentes sentem ter uma justificativa mora para a barbárie. (p. 127)

Desde o final da Primeira Guerra a linha que separa os conflitos entre países e os conflitos no interior dos países – guerras internacionais e civis – tornou-se difusa porque o século XX teve como característica não só guerras, mas também revoluções e desmembramentos de impérios. Ainda, as lutas de libertação no interior dos Estados tinham implicações para a situação internacional, particularmente a Guerra Fria. Reciprocamente, depois da Revolução Russa, as intervenções dos Estados nos assuntos internos de outros Estados tornaram-se comuns.

Pode-se dizer ainda, que a distinção clara entre guerra e paz tornou-se obscura. O que pode ser exemplificado pelo caráter indefinido da situação posterior a Guerra Fria, do



Estudos e Pesquisa

**Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)**

H O B S B A W M .  
Eric. As perspectivas da democracia. In: HOBSBAWM. Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, PP. 97-115.

Oriente Médio. Antes da Guerra do Iraque, não se descrevia com exatidão o que ocorria, por exemplo, naquele país. Tão pouco pode falar de paz ou de guerra entre palestinos e israelenses, ou entre Israel e seus vizinhos Líbano e Síria.

Existe, no entanto, uma diferença marcante entre o século XX e XXI: a ideia de que a guerra acontece em um mundo dividido em áreas territoriais que estão sob a autoridade efetivas que detém o monopólio dos meios de coerção, onde o poder público deixou de ter aplicação.

O equipamento necessário à guerra, assim como os meios para financiar guerras não estatais, está hoje amplamente disponível a entidades privadas. Em casos extremos, como algumas regiões da África, o Estado pode virtualmente deixar de existir. O caráter novo desta situação está demonstrado pelo fato de que quando os EUA, após ter sofrido o ataque terrorista de onze de setembro, viu-se obrigado a engajar em operações formais contra uma organização, uma rede internacional sem território próprio e sem um Exército reconhecível como tal.

Esses movimentos terroristas recentes como a Al-Qaeda, tem se caracterizado por dois aspectos: são compostos por uma pequena minoria, mesmo quando essas minorias gozam da simpatia passiva das massas em cujo nome pretende atuar; a segunda característica é a de que seus integrantes são mais cultos e de condições sociais mais altas do que outros membros da comunidade à qual pertencem.

Dois elementos que não podemos deixar de destacar em relação ao terrorismo, são o caráter étnico e religioso no qual está muito vezes inserido. E ainda, uso da mídia. Esta última deu aos grupos terroristas o canal de divulgação dos seus feitos. Ficou claro que as ações políticas mais efetivas não eram mais as que visavam diretamente os dirigentes políticos, mas sim as que buscavam o máximo impacto na divulgação.

Podemos dizer por fim, que esses movimentos terroristas contemporâneos, são sintomas e não agentes históricos significativos. Seu potencial político é claramente muito maior em países instáveis ou em decomposição, em particular no mundo muçulmano, mas não deve ser confundido com o potencial político de uma mobilização religiosa maciça.

Essa violência é consequência, antes de tudo, do profundo desequilíbrios sociais, políticos e econômicos mundiais gestados no último século. Reflete uma crise dos sistemas de autoridade, hegemonia e legitimidade do modelo político Ocidental. E segundo Hobsbawm, tem sido exacerbadas pelos fracassos da descolonização em certas regiões do globo e pelo fim de um modelo de organização mundial estável – o mundo bipolar da Guerra Fria.

Os ataques de setembro de 2001 aos EUA pela Al-Qaeda são um marco desse terrorismo contemporâneo e demonstra bem a dimensão da crise global que o mundo enfrenta hoje.



#### Estudos e Pesquisa

##### Texto para leitura e debate no Fórum (AVA)

H O B S B A W M .  
Eric. O terror. In: HOBSBAWM. Eric. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, PP. 97-115.

Disciplina 4



#### Exercício de Aprendizagem

A partir da leitura dos textos de **Indicação de demanda para Estudo e Pesquisa** da unidade 3 e 4, escreva um texto dissertativo de, no máximo duas laudas, mostrando a relação entre, o período da Guerra-Fria e o atual contexto político-militar contemporâneo, destacando a questão do terrorismo.

Obs: atividade para ser postada no AVA.

#### Bibliografia

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

HOBSBAWM, Eric. A Era do Capital. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

\_\_\_\_\_. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. O novo século. Entrevista a Antônio Polito. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNT, Lynn. Política, cultura e classe na Revolução Francesa. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HILL, Christopher. A revolução inglesa de 1940. Lisboa: Editora Presença, 1985.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: NOVAIS, Fernando A. Aproximações. Estudos de História e Historiografia. São Paulo, Cosac Naify, 2005, pp. 45-82.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.